



A NARRATIVA JORNALÍSTICA DE JOÃO PARSONDAS DE CARVALHO: MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA NA REGIÃO DOS VALES DOS RIOS ARAGUAIA E TOCANTINS

Euclides Antunes de Medeiros*

Universidade Federal do Tocantins – UFT

euclides.antunes.@uol.com.br

RESUMO: Este artigo problematiza narrativas acerca de crimes praticados por prepostos do Estado, militares de carreira do Estado do Maranhão que, sob o manto protetor da ordem, praticaram, ou permitiram que se praticasse, crimes com requintes de crueldade na virada do século XIX para o XX. Ao apresentar e problematizar esses crimes, partimos do princípio de que o ordenamento político e militar nesse Estado pressupunha formas específicas de violência que, em última instância, constituíram uma cultura de violência nesse período. Trata-se de uma leitura interpretativa da narrativa jornalística de João Parsondas de Carvalho em torno de crimes praticados na região dos vales dos rios Araguaia e Tocantins, tomando-se como fio condutor da análise a relação entre história e memória.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas – Memórias – Violência.

ABSTRACT: This article discusses the narrative about crimes committed by agents of the State, the military career of the state of Maranhão that, under the mantle of the order, practiced, or allowed to practice crimes with refinements of cruelty at the turn of the nineteenth century to the twentieth. To submit and problematize these crimes we assume that the political and military in these states at the turn of the nineteenth century and the beginning of the XX presupposed specific forms of violence which, ultimately, they formed a culture of violence in this period. The analysis was taken through the interpretation of narrative journalism of the journalist John Parsondas Oak about such crimes taking as conductor of analysis the relationship between history and memory. The crimes dealt here occurred in the region of the valleys of the rivers and Araguaia Tocantins.

KEY-WORDS: Narrative – Memory – Violence

UMA PERSPECTIVA POSSÍVEL DE APREENSÃO DA REALIDADE HISTÓRICA

* Doutor pela Universidade Federal de Uberlândia e professor adjunto no Colegiado dos Cursos de História da Universidade Federal do Tocantins, *campus* de Araguaína. Líder do Grupo de Pesquisa: História Regional, Memórias e Territorialidades.

Em um ritmo cadenciado, o século XIX engendrou as condições materiais e culturais para uma série de conflitos armados que ocorreram na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins¹. entre a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX e que se articulam às disputas relacionadas à mudança do Regime Monárquico para o Republicano. Tensões e conflitos entre liberais, monarquistas, conservadores e republicanos agitavam essa região desde as revoltas independentistas e os “ódios acumulados” nessa longa construção, perpassando processos traumáticos como a Balaiada,² por exemplo, que reverberou efeitos nos processos de implantação do regime republicano no qual a batuta de conservadores, de liberais e de republicanos regiam uma sinfonia de morte em que os homens dos Vales roubavam-se, espancavam-se e matavam-se uns aos outros.

Tais práticas de violência constituíram um ordenamento construído entre os sertanejos da região, calcado numa cultura de violência pré-existente na região, engendrada, por sua vez, pelas experiências de vida desses sujeitos e que era operacionalizada sempre que necessária durante os séculos XIX e XX pelos chefes políticos locais, que convocavam o “braço armado” quando se fazia necessário à resolução dos conflitos políticos travados entre as facções que se debatiam pelo poder na região. Políticos, juizes e militares constituíam, assim, paradoxalmente, a “ordem” e a “desordem” no espaço dos Vales.

A memória acerca de parte dessas práticas violentas ficou registrada pela pena do jornalista João Parsondas de Carvalho, que colheu os depoimentos daqueles que participaram dessa violência à medida que escrevia suas matérias para o jornal **A Pacotilha**, de São Luís – MA, na virada do século XIX para o XX, entre 20 de janeiro de 1902 e 02 de fevereiro de 1903.³ Entretanto, elas relatam também fatos ocorridos na década de 90 do século XIX.

A partir da sua concepção política e de um sentimento de revolta perante as ações do governo maranhense, que ele via e sentia como um “opositor ideológico” a ser

¹ Região constituída pelo antigo norte de Goiás, atual Tocantins, sul do Pará e sul do Maranhão.

² Movimento de caráter popular, mas com uma marcante condução de pensadores liberais, ocorrido no Maranhão entre os anos de 1838 e 1841.

³ As referidas matérias foram também publicadas no mesmo período no **Jornal do Brasil**, do Rio de Janeiro, sob o título **O Grajaú: últimos acontecimentos do Estado do Maranhão no século XIX** e, em 2007, foram coligidas e publicadas por Sálvio Dino na obra: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz, MA: Ética, 2007.

combatido, o jornalista nos desvela o que ficou registrado na memória social que, por seu turno, revela a intensidade e a frequência das práticas violentas vivenciadas por aquela sociedade. E aqui é conveniente ressaltar que a memória funciona como um instrumento de poder. O poder de dizer o que uma sociedade é, como ela deve se portar, quais registros devem ser mantidos, quais sujeitos têm o direito de registrar e de serem registrados. Da forma como dela se serviu João Parsondas de Carvalho, pode ser vista como um instrumento de intervenção política na sociedade, seja em defesa de uma causa, seja de um ideal ou, ainda, de uma matriz ideológica.

No que concerne ao ato de registrar algo que faz parte da memória, Paul Ricoeur nos adverte que esse procedimento envolve uma série de “operações mentais” e que essas:

dependem do que Carlo Ginzburg chamará mais tarde de 'método indiciário'; este é guiado pela imaginação afetiva – pela *Einfühlung* –, que nos transporta para perto da experiência viva de outrem, no modo que Husserl denomina 'apresentação' [...], e que não pode ser igualado a um 're-viver' efetivo. No caso da atribuição a si mesmo, [de um fato que está presente na memória social] o 'preenchimento' – é seu nome – é direto, imediato, certo; ele imprime em meus atos a marca de uma possessão, de uma minhadade sem distância; uma aderência pré-temática, pré-discursiva, antipredicativa, subtende o juízo de atribuição a ponto de tornar inaparente a distância entre o si e suas lembranças [...]. Ora, essa abstração não é arbitrária; ela é constitutiva do momento linguístico da memória, tal como a prática de linguagem cotidiana o promoveu, é ela que permite nomear e descrever de maneira distinta [e/ou semelhante] o 'mental', a *Mind*, enquanto tal.⁴

A prática de linguagem cotidiana descreveu a violência da qual tratamos neste artigo com expressões tais como “assassinados e expostos no campo, em montes, para repasto dos urubus”, “sangrar o defunto para a carne não enfezar”, e outras que o valham. João Parsondas de Carvalho, assim como vários outros que se serviram da memória social para dizer daquela sociedade, tomou-as para si – realizando a “suspensão de atribuição” a que se refere Ricoeur – para nos dizer de suas concepções políticas, e de seus sentimentos em relação à mortandade promovida pelas “Forças Militares do Alto Sertão Maranhense”. Dito de outra forma, João Parsondas de Carvalho, utilizou as narrativas de seus depoentes para acessar uma memória compartilhada por ele por seus contemporâneos, mas que em muitos casos não foi diretamente vivenciada pelo jornalista. E ao “jogar” com essas memórias, estabelece a

⁴ RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP: UNICAMP, 2007, p. 137.

relação entre um passado diretamente vivido pelo autor e outro ligeiramente mais recuado, vivido pelos seus depoentes.

Os caminhos trilhados por Ricoeur na senda da relação entre memória e história evidentemente foram abertos anteriormente por outros autores de peso como Michel De Certeau que, no combate às posturas demasiadamente relativistas como as de Paul Veyne e Hayden White, dentre outros, afirmou que:

o discurso histórico é a representação privilegiada de uma 'ciência do sujeito', e do sujeito 'tomado numa divisão constituinte' – mas com a representação das relações que um corpo social mantém com a sua linguagem.⁵

O avanço que creditamos a Ricoeur sobre essa discussão situa-se para além da fronteira do “discurso”, que se relaciona à questão da narratividade, seja em relação às representações contidas nas fontes, seja em relação à própria “representação historiadora”, expressão que esse autor, propositadamente, opõe à expressão tradicional “escrita da história”. Nesse sentido, Ricoeur prestou importante contribuição à História ao enfatizar que um modelo oriundo da Linguística não é apropriado e nem eficaz para compreender e explicar o discurso histórico, pois:

É o caso de se perguntar se a suspeita não é inteiramente forjada a partir de um modelo linguístico inapropriado ao discurso histórico, o qual seria mais bem entendido a partir de modelos alternativos para os quais o referente, qualquer que seja ele, constitui uma dimensão irreduzível de um discurso dirigido por alguém a alguém sobre alguma coisa. Faltaria dar conta da especificidade da referencialidade em regime historiográfico. Minha tese é que ela não pode ser discernida unicamente no plano do funcionamento das figuras [representações] que o discurso histórico assume, mas deve transitar pela prova documental, pela explicação causal/final e pela composição literária. Tal arcabouço tríplice continua a ser o segredo do conhecimento histórico.⁶

Seguir essas orientações teóricas e metodológicas na problematização do discurso jornalístico de João Parsondas de Carvalho me possibilitou ver que embora, de regra, determinados sujeitos fossem representados nas fontes de forma negativa e em muitos casos de forma pejorativa, havia algo nessas representações que tinha muito a

⁵ CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 109.

⁶ RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Tradução de Alain François [et al.]. – Campinas, SP:UNICAMP, 2007, p. 137. Vale salientar que o “transitar pela prova documental” é entendido pelo autor à maneira de Ginsburg, para quem a própria composição narrativa, no sentido restrito do termo, pode adquirir, mediante o procedimento do historiador, seguindo passos metodológicos próprios ao ofício do historiador, o caráter de prova documental.

dizer, justamente por não estar dito, mas ter uma referencialidade na realidade experimentada por tais sujeitos. Alessandro Portelli argumenta que quando se fala de textos, a representatividade não significa normalidade, nem média, já que uma representação para ser mais qualitativa do que quantitativa deve basear fundamentalmente na exceção. Nas palavras do autor:

[...] Portanto, a palavra chave aqui é possibilidade. No plano textual, a representatividade das fontes [orais e das memórias] se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. E é o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.⁷

Nesse sentido, defendo existir estreita relação entre as representações construídas sobre a realidade e a memória que as sociedades elaboram para si e, além disso, que o discurso jornalístico, neste respeito, apresenta-se como um campo de possibilidades interpretativas, à medida que as representações por ele mediadas têm seus referentes localizados em uma realidade experimentada por sujeitos diversificados. Esses sujeitos, bem como o escritor, em contrapartida, construíram subjetivamente, e dela compartilham, suas representações da violência narrada, e são essas representações que nos informam de uma realidade social experimentada, sentida e entendida pelo narrador como violenta.

A distinção mais significativa entre um historiador e um memorialista refere-se ao controle da subjetividade, que é mais rigoroso naquele do que neste, o que, aliás, torna o trabalho do memorialista uma fonte riquíssima para a reconstituição realizada pelo historiador de ofício: sem um controle mais rigoroso ou pelo menos metódico de sua própria subjetividade, o memorialista impregna sua obra com representações acerca das relações sociais experimentadas em seu tempo, geralmente carregadas de posicionamentos ideológicos que aparecem para o historiador como expressão do intrincado jogo de relações e interesses de uma época. Isso se dá fundamentalmente pelo “desejo de memória”, qual seja, a intencionalidade de um determinado sujeito que explicita por meio da escrita um desejo de preservar experiências por ele vividas, mas também por outrem, e que considera importante serem registradas para a posteridade, e

⁷ PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, n. 2, vol.1, 1996. p. 7-8. (destaque nosso).

é nessa perspectiva da percepção de um desejo de memória que analisei a narrativa de João Parsondas de Carvalho.

PRELÚDIOS DA NARRATIVA: A MEMÓRIA DA VIOLÊNCIA

A memória das violências narradas pelo jornalista está inserida em uma verdadeira caçada humana promovida por militares das “forças do alto Sertão Maranhense” ao chefe político Leão Tolstoy Leda, secundado por José Dias Ribeiro, conhecido pela alcunha de “General do Sertão”. Mas essa caçada tem seus antecedentes nas “Revoltas de Boa Vista”,⁸ uma vila do extremo norte de Goiás, atual Tocantinópolis no Estado do Tocantins, que foi defendida pelo General do Sertão contra um sitiamento promovido por outro chefe político da região, Carlos Gomes Leitão. No contexto dessas revoltas, principalmente em sua primeira fase, todo tipo de violência, pilhagens e “excessos” foram cometidos. Na verdade, tais “excessos” eram a regra em momentos como esses e praticados por homens como Joaquim Bala, um dos homens do grupo de Carlos G. Leitão. Nesse contexto, o “jagunço” faz ombro com os militares nas práticas de violência.

Uma das atrocidades que vários relatos a ele atribuem traduz-se em crucificar seus prisioneiros, perfurando-lhes o pulso a punhal, passando-lhes cordas através dos ferimentos e os amarrando nos mourões das cercas, como narrado por Ignácio Xavier da Silva, um dentre vários memorialistas que se ocuparam das revoltas de Boa Vista. Em suas palavras:

Apenas um rastro de sangue ficou assinalando-lhe a façanha: no dia 13 [agosto de 1892] foi iniciada a peregrinação de verdadeiro canibalismo – atacaram, nesse dia, a fazenda Curicaca, de Demétrio Lopes, que morreu barbaramente crucificado entre chacotas e risos da horda maldita [...]. E o rastro de sangue se perdia num verdadeiro labirinto.⁹

⁸ As Revoltas de Boa Vista ocorreram na Vila de Boa Vista (atual Tocantinópolis - TO), no antigo norte goiano, em três fazes distintas: a primeira ocorrida entre 1892 e 1895, a partir dos enfrentamentos entre Carlos Gomes Leitão e José Dias Ribeiro; a segunda, entre 1906 e 1912, período em que se bateram o Padre João de Souza Lima e Leão Tostoy Leda (essa fase se encerra com a morte deste último); e a terceira, que se inscreve no contexto da “Revolução de 30”. Neste artigo as referências se dão apenas sobre a “primeira revolução de Boa Vista”, visto que apresenta vínculos estreitos com o processo envolvendo a perseguição promovida a Leão Tolstoy Leda.

⁹ SILVA, Ignácio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Bôa Vista do Tocantins, do Estado de Goiaz – 1892 – 1895. Goiaz. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935. p.93 – 94.

Essas pilhagens duraram até fins de agosto, quando vários membros desse bando, incluindo soldados desertores, foram presos e o restante foi rechaçado pelas forças militares, sob o comando do Tenente-coronel Francisco Maciel Perna, que defendiam Boa Vista do sitiamento. A última notícia que se tem de Joaquim Bala e de seus “excessos” durante os conflitos de Boa Vista é em fevereiro de 1894, quando, junto com outros componentes do grupo de Carlos Gomes Leitão, atacou a fazenda “Aldeia”, do Tenente Coronel Wanderley. Nesse episódio, foi preso em sua própria fazenda

O Tet, Coronel Wanderley e mais dezoito membros de sua família, entre filhos, netos e genros. [...]. Inúteis foram os protestos do septuagenário, assistiu ao espancamento de sua família amarrado à cerca, em sua frente. Xico Curto entregou uma corda a Joaquim Bala dizendo: - Esta é para o velho. Logo furaram-lhe os pulsos e atravessaram a corda pelas feridas, amarrando-o num mourão. Um a um, e a seus pés, tombavam os filhos, friamente assassinados à faca. [...]. Nesta posição permaneceu até que, acabada a horrorosa cena de sangue, recebeu um tiro do lado esquerdo. Em sua agonia desesperadora, a vítima sofreu ainda nove facadas pela mão de Joaquim Bala...¹⁰

Parsondas de Carvalho, viajando pela Região dos Vales em 1902 com o fito de colher informações sobre a onda de assassinatos, roubos e execuções cometidos pelas Forças Militares do Alto Sertão Maranhense, que seria a matéria-prima de suas publicações no jornal **A Pacotilha** expressa como tais “excessos” praticados por Joaquim Bala e por militares ficaram registrados na memória dos homens e mulheres da região que lhe davam depoimentos e que:

guardavam lembrança do que tinham visto os soldados praticar na ‘Guerra da Boa Vista’ e as tragédias horrorosas da matança dos Wanderleys e do Livre-nos-Deus e se retratava nos fatos recentes que os proscritos do Grajaú repetiam. As mortes de Hermógenes Rodrigues, Constâncio, Francisco Monteiro e o suplício de Martinho Piauí e seus dez companheiros de infortúnio espancados até caírem desfalecidos e depois sangrados para a carne não ficar enfezada, provam que a obediência e a humildade não salvaram ninguém.¹¹

Percebe-se aqui o esforço de Parsondas de Carvalho em conectar as lembranças que a população tinha das “revoltas de Boa Vista”, principalmente de sua primeira fase, ocorrida entre 1892 e 1895, ao medo que sentiam na eminência de a vila ser de novo

¹⁰ SILVA, Ignácio Xavier da. **O Crime do Cel. Leitão**: sedição na Comarca de Boa Vista do Tocantins, do Estado de Goiás – 1892 – 1895. Goiás. Capital: Oficinas Graficas Popular, 1935. p.118-119.

¹¹ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 328.

atacada em janeiro de 1900 pelas Forças do Alto Sertão, sediada em Grajaú¹² no Maranhão. A afirmação de que a “lembrança se retratava nos fatos recentes que os proscritos do Grajaú repetiam” se torna em sua narrativa um instrumento eficaz para essa conexão.

O jornalista “joga” constantemente com as palavras lembrança e memória em sua narrativa. Isso nos possibilita entrever em seus escritos que: por um lado há em suas narrativas o tom de denúncia, típico da linguagem jornalística que pretende denunciar ações contemporâneas ao momento da escrituração, caracterizando, de forma midiática, suas intenções de intervenção em um tempo e um espaço circunscritos; por outro, é perceptível a manifestação de um desejo de memória, bem como o anseio e a expectativa de que essa denúncia seja validada e legitimada por uma memória pré-existente e que, com essa legitimação, possa transcender o tempo e o espaço e ficar registrada para a posteridade. Na última matéria que redigiu sobre os acontecimentos do Grajaú, o fecho do texto não poderia ser mais esclarecedor:



nenhuma aspiração liberal [...] conseguiu vingar. A espada cortou as cercas, e, nossa história não apresenta um único exemplo de triunfo popular em que ao menos o povo tenha tomado parte. [...]. Só a força tem ditado as leis. 7 de abril de 1831 e 15 de novembro de 1889 foram exclusivamente obra sua. [...] obra da força. [...] A fazer só temos de registrar os fatos do presente para a admiração das gerações futuras. É o que fiz.¹³

A necessidade do jornalista em retomar os acontecimentos de Boa Vista, para além de seu interesse relativo ao registro de uma dada memória, serviu-lhe também para expressar sua opinião de como o Estado, no caso um Estado entendido por ele como antiliberal, serve-se de criminosos e facínoras, acobertados por militares para cometer toda sorte de atrocidades contra seus “inimigos”, independentemente do tempo e do espaço em que ocorram questionamentos e enfrentamento aos “governistas”. Nesse sentido, o “rememorar” os acontecimentos de Boa Vista e homens como Joaquim Bala se justifica em sua narrativa por aquele desejo de memória.

No que se refere aos enfrentamentos ocorridos em Boa Vista, em janeiro de 1893, entra em cena José Dias Ribeiro, fazendeiro na região circunvizinha à Boa Vista,

¹² Cidade localizada no sudoeste do Maranhão, onde se aglutinavam forças políticas e militares “governistas” e opositoras a Leão Leda e José Dias.

¹³ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 367.

tenente das forças militares brasileiras que, à revelia das autoridades a quem deveria submeter-se, tornou-se “líder revoltoso”, tanto do ponto de vista político quanto militar, nos Vales dos rios Araguaia e Tocantins. No transcorrer dos conflitos, após a prisão do Tenente Coronel Francisco Maciel Perna, José Dias assume a tarefa de dar combate ao grupo de Carlos Leitão. Assim, reúne cerca de trezentos homens armados e marcha sobre Boa Vista, tendo como um dos objetivos libertar vários prisioneiros do Capitão Machado, um militar designado pelo Estado para “manter a ordem” em Boa Vista, mas que, na prática, acobertava as violências praticadas pelo Grupo chefiado por Carlos Leitão, permitindo, inclusive, que soldados sob seu comando acompanhassem Joaquim Bala em suas atrocidades.

Parsondas de Carvalho, ao rememorar Boa Vista, “recorta” dois grupos bem definidos: o composto por José Dias e o Tenente Coronel Francisco Maciel Perna, militares que se “revoltaram” contra o governo do Estado de Goiás, em prol da defesa da vila que era atacada por outro grupo, e o constituído por Carlos Gomes Leitão, tropas militares federais e toda sorte de “jagunços” com o apoio do Estado. Nesse rememorar sobre a revolta em Goiás, o Estado aparece, como aparecerá em suas narrativas sobre o Maranhão, como um órgão que envia militares e jagunços ao encalço dos que lhe fazem oposição.

Os dois grupos beligerantes continuaram se enfrentando durante todo o primeiro semestre de 1893, com o morticínio sendo praticado de ambos os lados para, então, só em setembro ter fim, o que se deu a partir de um cerco à Boa Vista, iniciado em agosto, por José Dias, que levou os homens de Carlos Leitão, vencidos pela fome, a capitular, ocasião em que um “termo de rendição” foi assinado pelo referido tenente e por José Dias. Tal termo, além de assegurar a retirada das tropas contrárias a José Dias da região, elevou o “General do Sertão” a uma situação política privilegiada: “[...]. 4º) o chefe José Dias Ribeiro manterá a ordem pública, velando pela tranquilidade de todos, salvo os que se acharem envolvidos em crimes comuns, que tenham de responder a processo e júri; [...]”.¹⁴ Findava-se, assim, a chamada primeira revolução de Boa Vista.

¹⁴ PALACÍN, Luís Gomes. **O Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: o Padre João e as três Revoluções de Boa Vista – 1890 a 1930**. São Paulo: Edições Loyola, 1990. p. 79.

O fato de José Dias ter enfrentado o poderoso Carlos Leitão¹⁵ e tê-lo vencido deixou profundas marcas nas relações políticas da região, colocando os demais chefes políticos de sobreaviso quanto ao alcance do poder de Dias. Isso iria reverberar efeitos no Estado do Maranhão, dando ensejo a mais um ciclo de violências com a participação de militares sob a proteção do Estado, como veremos adiante.

OS CRIMES DAS FORÇAS MILITARES DO ALTO SERTÃO MARANHENSE NA NARRATIVA DO JORNALISTA

Ao relatar acontecimentos de setembro de 1894, Parsondas de Carvalho deixa entrever a situação confortável em que se encontrava José Dias Ribeiro:

Conduzidos por José Dias, o guerrilheiro, os deodoristas resistiram à Legalidade e seguiu-se de uma guerra de três anos, que teve como epílogo a capitulação da força federal [...] Não sei por que título a fazenda Cordilheira, finda a guerra, passou a ser propriedade de José Dias, que a política nomeou coronel da Guarda Nacional de Boa Vista, depois da anistia.¹⁶

A referida Fazenda Cordilheira foi o principal móvel do sítio promovido àquela vila por Carlos Gomes Leitão,¹⁷ e o fato de José Dias Ribeiro tê-la recebido como espólio de guerra, associado ao título de Coronel da Guarda Nacional, o colocava como um dos homens mais importantes da região. Contudo, apesar da narrativa de Carvalho rememorar os episódios de Boa Vista, suas matérias não tem como alvo contar a história de vitórias de José Dias sobre Carlos Leitão, mas estabelecer sua proximidade com Leão Tolstoy Leda, este último um liberal.

A família Moreira, da qual Leão Leda descende pelo lado materno, havia protagonizado uma das mais violentas lutas políticas durante o Período Imperial, na qual se digladiaram os Partidos Conservador e Liberal nos sertões do Maranhão. Leão

¹⁵ Após a derrota, Carlos Gomes Leitão se retira para a confluência dos rios Itacaiunas e Tocantins e são atribuídos a ele tanto a descoberta do caucho (planta produtora do látex) nessa região quanto seu povoamento a partir da fundação do Burgo Itacaiunas, que oportunizaria o surgimento posterior da cidade de Marabá-PA em consequência de tal descoberta. Viveu aí até falecer, em abril de 1904.

¹⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 31. [Matéria veiculada na Edição do dia 07/02/1902, fls. 04.]

¹⁷ Sua primeira investida contra Boa Vista objetivava impedir o julgamento por crime de homicídio do antigo proprietário da Cordilheira. Por ter sido preso pela acusação de homicídio da esposa, tal proprietário perdera o direito sobre sua propriedade e Carlos Gomes Leitão conseguira, mediante um processo de herança fraudulento, arrematar a fazenda pelo valor equivalente a apenas trinta cabeças de gado. Com a eminente absolvição do réu que se desenhava no cenário político este recuperaria a posse da fazenda.

Leda herdou, então, a tradição política e militar da família Moreira e ainda jovem, após a morte do seu patriarca, em 1887, foi alçado à condição de chefe político do Partido Liberal no Grajaú, uma cidade maranhense. Na opinião do jornalista, que aparece em vários momentos de sua narrativa, este teria sido o maior crime de Leão Leda: ser chefe político da oposição ao governo do Maranhão. Carvalho chega mesmo a afirmar que Leão não teria sido o mandante de um crime do qual foi acusado pela situação: a morte do Promotor Público Estolano Eustáchio Polary, em agosto de 1898.

Entretanto, tendo sido atribuído a ele e a outros membros da família Moreira esse assassinato, Leão Leda teve de fugir de Grajaú, e muitos dos que com ele tiveram contato passaram a ser perseguidos pelas tropas do Governo do Maranhão. O relato elaborado pelo governo do Maranhão da morte de Polary já demonstra preocupação com um movimento sedicioso, na verdade de resistência, organizado por Leão Leda, e com o apoio de José Dias Ribeiro, às incursões das Forças do Alto Sertão, como se pode ver no trecho abaixo:



Em Grajahú, no dia 16 de Agosto do anno passado [...], foi assassinado publicamente na rua principal da cidade com três tiros e diversas punhaladas o Tenente-Coronel Estolano Eustáchio Polary, que exercia naquella localidade o cargo de Promotor Público, sendo o crime agravado por actos da mais requintada crueldade. [...]. Chegavam também ao meu conhecimento notícias de que em outros pontos do alto sertão, Imperatriz e Carolina, suspeitava-se de perturbação na ordem pública [...]. As comunicações, que a esse respeito me foram dirigidas, pelo Procurador Geral do Estado e pelo commandante das Forças do Sertão davam como possível movimento revolucionário, em toda aquella parte do Estado, auxiliado por políticos influentes da Comarca de Boa Vista do Estado de Goyás.[...] não desanimaram, porém [com a fuga de Leão Leda para Carolina e posteriormente para Boa Vista], os novelleiros mais obstinados. Inventando desculpas de toda sorte para o fracasso dos amotinados. Apregoavam em alto e bom som que a revolução ia rebentar. Que em breve o sertão estaria conflagrado. Falava-se então com muita insistência que José Dias, rebelde annistiado, mas não emendado, da Comarca de Boa Vista, em Goyáz, estava prompto a prestar auxílio de grande pessoal à Leão Leda. Boa vista é de facto o refúgio dos criminosos do sertão Maranhense. [...] para lá correm todos aquelles que se veem perseguidos pelas justiça das comarcas sertanejas. De lá fogem todos os que não se sujeitam à caudilhagem de José Dias.¹⁸

O relatório, além de apontar Leão Leda como mandante do assassinato e demonstrar preocupação com os apoios que o chefe liberal possa ter em Boa Vista, o que vale dizer: o apoio de José Dias Ribeiro, tenta minimizar essas preocupações e

¹⁸ Relatório de Presidência da Província do Maranhão de 1899.

detratar os que se colocam ao lado de Leão Leda. Em sua fuga, o que eu diria ser mais uma retirada estratégica, Leão Leda, após percorrer outras cidades do Norte, localidades onde não teria sido bem recebido, instalou-se finalmente com a família em Boa Vista¹⁹ no ano de 1900, consolidando, então, suas relações de proximidade com José Dias e seus apaniguados, o que se iniciara um ano antes. Tal proximidade, em um momento em que Leão Leda passou a ser o inimigo declarado da ala conservadora do Estado Republicano, deu ensejo a uma série de atos de violência contra Leão Leda, desfechados pelo Estado do Maranhão, que mantinha “como força material, capaz de ser usada no caso de uma rebeldia de Leão,[...] cuidadosamente conservado e prestigiado um Francisco Serqueira, chefe de um grupo de facínoras, morador na Serra da Cinta”.²⁰

A primeira matéria de Parsondas de Carvalho, veiculada no **A Pacotilha** do dia 01/02/1902, traz o relato de uma viagem realizada por José Dias Ribeiro e Leão Leda, em 17 de julho de 1899, à região de Carolina e de Grajaú, sul-sudoeste do Maranhão, ocasião em que, acompanhado de trinta homens, José Dias Ribeiro pretendia auxiliar Leão Leda na venda de terras e gado no Maranhão. Acredito que o convite para o campeão do gado, feito ao primeiro pelo segundo, tinha o objetivo de garantir que a recolha do seu gado se desse em paz e, ao mesmo tempo, ser uma demonstração de força para as Forças do Alto Sertão que o perseguia. Sabedor do misto de temor e respeito que o General do Sertão causava, estar lado ao seu lado, então, ainda que com apenas trinta homens, era o maior indicativo de segurança, proporcionada para além do que se estivesse acompanhado apenas de seus vaqueiros, mesmo que fossem em maior número. Essa segurança dava-se em duplo sentido: no de ser bem defendido pelas habilidades do “guerrilheiro” e seus homens, caso atacado, e, principalmente, por serem poucos os que ousariam enfrentar aquele “mito das batalhas”, que era José Dias.

Parte daquela *força material* reservada para combater Leão Leda durante essa sua passagem pelo território maranhense sofreu baixa antes mesmo de sair ao encalço do chefe liberal, pois Francisco Serqueira foi morto já em janeiro de 1899 na fazenda Pau Ferrado, às mãos de Geminiano, filho do proprietário dessa fazenda. O fato é que antes desse episódio, Francisco Serqueira havia mandado assassinar tanto o pai como o

¹⁹ Onde iria encontrar o Padre João de Sousa Lima, que retornaria à Boa Vista no ano 1897 como vigário da Comarca e contra o qual Leão Leda iria protagonizar o que ficou conhecida como a “segunda revolução de Boa Vista”. Mas essa é uma outra história da qual não podemos tratar aqui.

²⁰ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 158.

irmão de Geminiano e ocupado e saqueado a referida fazenda juntamente com praças das Forças do Alto Sertão. Trata-se, aí, da mesma força militar que daria caça a Leão Leda ainda no ano de 1899. Isso, somado ao descaso das autoridades do governo maranhense em relação à morte de seus familiares, provocou a ira de Geminiano.

Em longa transcrição de documento escrito por uma sobrinha da Mãe de Geminiano e assinado por ele e seus irmãos e endereçado aos “Exmos representantes da nação”, a família enlutada se queixa das “autoridades estaduais e força estadual do Maranhão”, narrando minuciosamente o descaso de tais com a morte do patriarca da família e o desfecho do saque à fazenda. A queixa da família evidencia tanto a proximidade entre ela, Leão Leda e José Dias quanto o início da série de morticínios que se “esparramou” pelos altos sertões Maranhenses.

No começo da noite de 15 de setembro de 1897, a bala do assassino matou em sua própria casa a José Felix Ferreira. Buscada pela derradeira vez a justiça do Grajaú, o juiz de Direito Dr. Adolfo Eugênio Soares Filho disse a Geminiano Ferreira Antunes que na luta entre sua família e Francisco Cerqueira, o que pudesse mais esmagasse um ao outro, visto como ele nada podia fazer, por ser Cerqueira do partido que governava, cujos chefes tinham-no necessário e que não voltasse mais lá com queixas. [...]. Tomou [Geminiano] uma resolução desesperada: transpôs o Tocantins e foi buscar homens de armas no território de Boa Vista. [...]. Na noite de 14 de janeiro de 1898, Geminiano, com doze homens, trazidos, cercou a casa de Cerqueira e quando o sol, limpo de nuvens, se alterou por sobre o mato do riacho Cavalhada, começou o fogo, um duelo, depois de prévia intimação e com todas as regras de lealdade. Morreram sete homens do lado de Cerqueira e um da gente que acompanhara Geminiano.[...]. Depois aconteceu que Leão Leda [...] resistiu a uma intimação de prisão no lugar Carolina [a fazenda, não a cidade], e tanto bastou para que a força estadual do Maranhão, destacada no Grajaú, se derramasse no sertão, matando e queimando as casas dos suspeitos de amigos de Leão Leda e essa força queimou a casa e o engenho do Pau Ferrado.²¹

O documento foi lavrado na Vila de Pedro Afonso e datado em 12 de março de 1901. É possível perceber, mesmo em meio ao tom de impessoalidade da escrita da sobrinha, a defesa da honradez da família, que não esconde o fato de ter matado Serqueira e seus homens, mas que o justifica por ter sido cometido durante o dia, com o sol limpo, num “duelo, depois de prévia intimação e com todas as regras de lealdade”, ao contrário do assassinato do filho Félix, realizado na calada da noite, a mando de

²¹CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 161 – 162.

Serqueira. Ao transcrever esse documento em suas matérias jornalísticas, Parsondas de Carvalho caracteriza os laços existentes entre a família de Geminiano, Leão Leda e José Dias, uma vez que Geminiano vai à Boa Vista solicitar homens a esse último. Porém, o mais importante aqui é seu esforço constante em atribuir valores como retidão e honradez aos sujeitos que se aliavam a Leão Leda e em detratar aqueles que a esse se opunham. Ao descrever o “duelo”, caracteriza também os tipos de homens que nele se bateram que, no total, contabiliza treze homens de cada lado e, quanto às “qualidades” dos que combateram na casa de Serqueira, que avizinhava a fazenda Pau Ferrado, não deixa dúvidas sobre qual dos lados estava acostumado às batalhas:

Geminiano era um desesperado. A gente que trazia, poucos embora, eram homens que tinham a imensa superioridade resultante do costume de vencer; que se tinham familiarizado, em uma guerra de três anos, com o sibilar das balas, que se tinham endurecido nos acampamentos de José Dias, e aprendido deste guerrilheiro a afoiteza; entusiasmo no combate e esquecimento da morte. A gente de Cerqueira só possuía jactância. [...]. o individuo conhecido por Passarinho [um dos que vieram com Geminiano de Boa Vista] valsava em campo aberto, no largo do terreiro. No intervalo das descargas e enquanto carregava a sua arma, disseram-me a mulher e filhos de Cerqueira, esse homem (o Passarinho) ia lá e vinha cá dançando!²²

Mesmo caracterizando Geminiano como um “desesperado”, adjetivo em si mesmo negativo, em sua narrativa esse termo adquire um significado muito mais abrangente, querendo, pois, significar a ausência de possibilidades de a família se valer da lei e da justiça, o que a leva ao desespero, não restando, assim, opção, que não a de fazer a justiça com as próprias mãos. Justiça que, embora ao arpejo da lei, teria sido executada com honradez.

O jornalista não perde a oportunidade em utilizar a figura de “Passarinho” para, ao mesmo tempo, dizer do temor e respeito que José Dias e seus homens causavam à região, bem como para ridicularizar o grupo de Serqueira, já tendo caracterizado este último como *chefe de um grupo de facínoras*. Ressalte-se aqui que Parsondas de Carvalho tenta demonstrar em todos os seus relatos que o Estado antiliberal Maranhense se vale de criminosos para perseguir seus adversários, o que torna perceptível seu desejo de registrar uma memória específica: a dos que sofreram todo tipo de violência que emanava de um governo, por meio de seus prepostos - militares, “jagunços” e

²² CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 165 – 166.

“facínoras” -, que davam caça aos liberais opositores do governo. Esse desejo de memória do jornalista se inscreve em sua própria experiência e vida e também nas de sua família.

Em 1827, José Joaquim, o avô de Parsondas de Carvalho, fixou residência na região do povoado da Chapada, atual Grajaú, palco, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX, das lutas encarniçadas e das disputas políticas e intelectuais entre liberais e conservadores. O pai do jornalista, Miguel Olímpio de Carvalho, foi membro da “Roda de Amigos”, um círculo literário que foi uma das bases para a formação do grupo político ligado aos liberais, que originou o partido bem-te-vi e que apoiou a Balaiada ocorrida nessa província na década de 1830, ou seja, seu pai teria sido um ativo membro da política maranhense ao lado dos liberais. Ele dá, portanto, continuidade aos ideais do pai, travando uma batalha na qual utiliza como arma sua escrita e como munição as memórias colhidas junto àqueles que sofreram a perseguição dos que combatiam os liberais.

Nesse sentido, por meio da escolha de um determinado estilo de escrita de tonalidade épica, ao descrever os morticínios cometidos pelos inimigos dos liberais Parsondas de Carvalho realiza em suas narrativas, como enfatiza Ginzburg, “a adoção de um código estilístico [que] seleciona certos aspectos da realidade em vez de outros, realça certas conexões em vez de outras, estabelece certas hierarquias”.²³ E nessa adoção é que ele faz questão de se referir aos atos do liberal Leão Leda como sendo atos de um humanista que cuidava dos ferimentos de soldados inimigos que lhe davam caça, abandonados pelos seus comandantes, libertando-os posteriormente, enquanto que as tropas do Alto Sertão faziam questão de executar com requintes de crueldade seus prisioneiros.

Como jornalista, ele se insere nas próprias experiências que narra, colocando-se como testemunha ocular das violências cometidas pelas Forças do Alto Sertão. Narra que, estando acampado às margens do Rio Zutúua, em julho de 1899, recebera as notícias por carta do amigo Jeferson Nunes, que versaria sobre “notificações para diligências policiais, um recrutamento em massa havia sido determinado, acrescentando os portadores dessa notícia que seriam presos ou mortos os que desobedecessem à

²³ GINZBURG, Carlo. **O Fio e os Rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Cia das Letras. 2007, p. 320.

notificação”.²⁴ O jornalista diz que ali ele mesmo foi alcançado por um agente desse recrutamento, Pedro Mecenas, que faz a solicitação de que lhe cedesse um de seus camaradas, de nome Cirylo, para ser levado para Grajaú, à qual ele nega e, apesar de contrariado, Mecenas não o retalia, por serem conhecidos. Nesse episódio, seu relato nos coloca em contato com moradores daquelas paragens que ali estavam naqueles momentos de relativa estabilidade, abalada repentinamente pelo recrutamento forçado, conforme se pode constatar do excerto a seguir:

Pedro Mecenas, acompanhado de algumas praças, vinha fazer ajuntamento de gente na beira da mata. Fora alguém que, tendo aí parentes, correu adiante de Mecenas, vindo furtivamente avisar. Em umas casas, perto da que eu estava, moravam a velha Maria, filhos e genros. Estes, pela madrugada, internaram-se na mata, deixando as mulheres incumbidas de lhes justificar a ausência com o fato costumeiro de irem extrair óleo de copaíba e colher cumaru e breu.²⁵

Percebemos os sujeitos se valendo das atividades extrativistas como estratégia de fuga do recrutamento que lhes convocava para uma luta que não era sua. Entretanto, no conjunto de suas narrativas, Parsondas de Carvalho dá à fuga ao recrutamento, que era uma estratégia usada corriqueiramente pelos sertanejos pobres, independentemente de qual facção política partia as ordens para recrutar, um caráter de “fuga do recrutamento do governo”, no caso, um governo que promovia a caça aos liberais. Em suas inquirições à população humilde, no afã de escrever suas matérias, transpõe para o jornal as seguintes impressões da população sobre a desordem instalada na região:

[...] Alguns ricos, como Manuel Francisco e Roberto Souza, preparavam-se para emigrar com suas famílias porque tinham dinheiro e cavalgaduras prontas, porém [os] que nada disso tinham, não haviam de conduzir os filhos em cofo, com se conduz gato; viver ou morrer era ali mesmo; se os soldados sangrassem dois, três ou quatro, não sangrariam a todos [...] Ouvindo de muitos estas palavras, fiquei convencido de que estes não se deixariam sangrar como peba.²⁶

Nesse trecho, que versa sobre um possível ataque das forças militares à Boa Vista com o fito de combater o “general do sertão” por estar aliado à Leão Leda, chega a ser perceptível um tom de heroísmo, quando a narrativa se refere à “população humilde” que “não se deixaria sangrar como peba” pelas Forças do Alto Sertão, que

²⁴ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz: Ética, 2007. p. 178.

²⁵ Ibid.

²⁶ ARQUIVO PÚBLICO DO MARANHÃO. **Coleção Jornal A Pacotilha**. São Luís – MA, 1902. Cx. 32. [Matéria veiculada na edição de 27 de outubro de 1902, fls. 02.

davam caça àquele chefe liberal. Entretanto, nesse episódio a fuga não seria necessária, porque a resistência não se efetivou, pois as forças de Francisco Maciel Perna não entraram em Boa Vista, isso por motivos que não interessa nessa discussão.

Um dos depoentes do jornalista, Simão Ferreira Lima, havia sido flagrado por Pedro Mecnas em um “domingo, estando a preparar-se para uma caçada, arma encostada na parede, facão à cinta. [Pedro Mecnas] foi comunicando-lhe que Leão havia corrido e ele ali vinha notificá-lo para os acompanhar e ir matar os Moreiras”.²⁷ Simão se recusa, alegando que não podia abandonar o trabalho na roça e:

afinal, ungido pela ameaça, ‘que iria quisesse ou não quisesse, ou solto ou preso, e se corresse morria, pois era para isso que andava com as armas do governo’ (mostrando o soldado), Simão reagiu, e lançando mão da arma, respondeu que, solto não ia porque não queria, correr, não corria porque não era veado, e amarrado... só se vendo... Ante tal atitude, recuaram e voltaram pelo mesmo caminho.[...]. Na terça-feira seguinte [...] soube que na véspera a tropa de Mecnas, capitaneada pelo subdelegado Pedro Rodrigues, tinha assassinado Professório Viana e Antônio Viana. Nada mais esperou. Correu à casa, apanhou a família, mulher e três filhos e duas filhas, e o que pôde conduzir e, abandonando o quanto possuía, alguns gados, roças de cana e de mandioca, fugiu aproveitando a noite. Porcos, galinhas, as colheitas de feijão, arroz e milho ainda não levados ao Grajaú, por esperar que cessasse a agitação, tudo ficou.²⁸

Simão, como muitos outros, foi um dos sobreviventes das matanças promovidas pelos opositores de Leão Leda, secundados pelas “armas do governo”. A tinta usada para as construções narrativas desses sertanejos foi o sangue de familiares, amigos e vizinhos, o sangue derramado na Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins pelos “mensageiros da ordem”, as “armas do governo” ombreadas pela cabroeira dos coronéis, os “paisanos”. Sobre a notícia que fizera Simão fugir, deixando tudo o que possuía para trás, o assassinato dos Viana, que soubera da boca de um vizinho, foi assim relatado a Parsondas de Carvalho:

Com algumas praças de polícia, as armas do governo no dizer de Pedro Mecnas, e os paisanos [...], o subdelegado Pedro Rodrigues seguiu, ao romper da aurora do dia de segunda-feira, 30 de outubro, para a casa de Aristides, que como sabia ele, estava muito doente. [...] em breve se apresentou a vítima [Professório Viana, sobrinho de Aristides]. Dado da emboscada, um tiro o feriu. [...] Professório caiu logo, pouco adiante, e ali foi esbordado e esfaqueado em presença da

²⁷ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 204.

²⁸ Ibid. p. 204 – 205.

mulher. [...] seguiram para a casa de Aristides, este tinha tomado um purgante. Sua mulher, recebendo a autoridade policial, indagou o que pretendia. A autoridade exigiu-lhe a presença do marido para assunto importante. Assim chamado, Aristides saiu do quarto e, apenas apareceu fora, deram-lhe alguns tiros, cujas balas o prostraram sem vida. [...] Seguiram para o Governador [onde] morava o velho Antônio Viana, homem de 80 anos. [...]. tudo ignorando, o velho Viana, risonho, inerte, saiu a receber os que o procuravam. Apeando-se, o subdelegado Pedro Rodrigues lhe estendeu a mão a apertar e segurou a de Viana. Imediatamente a horda de assassinos de faca em punho se precipitou sobre o velho, que agarrando Rodrigues, procurou defender-se apresentando o corpo deste. Um tiro disparado por um soldado pôs termo a essa luta desigual.²⁹

Tanto no caso de Simão quanto no da família Viana, havia um mesmo motivo pessoal para terem se tornado alvo de Mecenas. Simão, dias antes havia se negado a ajudar um dos homens de Mecenas, Sebastiãozinho, a campear “gado do monte”³⁰ dos Moreiras, que é, como já dito, uma das ramificações da tradicional família liberal de Leão Leda. Trata-se de uma prática corriqueira, que fazia parte dos “espólios de guerra”. No caso de Aristides Viana, Mecenas lhe devia uma quantia razoável e, ao ser cobrado, ofereceu em pagamento uma quantidade de rezes do gado do monte dos Moreiras, bem superior ao valor da dívida, oferta que Aristides recusou. Foi o bastante para receber a sentença de morte.

Novamente Parsondas de Carvalho se esforça em demonstrar que os que sofriam as violências das “armas do governo” eram pessoas retas e honradas, que se recusavam a receber gados que não lhes pertenciam. Paralelamente e no sentido contrário, descaracteriza sempre que pode os promotores dessa violência. São homens que espancam, castram e matam esposos diante das esposas, pais diante dos filhos, que torturam e matam velhos octogenários. Às vezes recorre a uma fina ironia, como o artifício de narrar que a vítima “havia tomado um purgante”. Nada mais deplorável que matar um sujeito, que já era sabido pelos assassinos, estaria com diarreia. Ou ainda a vítima ser morta quando, confiante, apertava a mão assassina que lhe era estendida.

Segundo Parsondas de Carvalho, no caminho desses homens que cometiam toda sorte de tropelias, assassinatos e roubos acobertados pelos governistas não houve um só morto que não tivesse os bolsos e/ou a casa revirados e o dinheiro levado. De

²⁹ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 206.

³⁰ Gado do monte era a designação do gado de um inimigo derrotado que ficava à disposição de quem fosse autorizado a pegar pelo vencedor de um conflito.

acordo com sua narrativa, ainda ali naquela localidade devastaram várias casas que haviam sido abandonadas pelos moradores que já eram sabedores das mortes dos Viana por Pedro Mecnas e que seus homens ainda “mataram no Baixão três ou quatro vaqueiros e trabalhadores dos Moreiras”,³¹ pelo simples fato de ali não encontrarem os donos procurados. Aqui há um intrigante uso da palavra “trabalhadores”: os termos mais adequados para designar qualquer trabalhador de uma fazenda à época do jornalista, se quisesse distingui-los dos vaqueiros, seria agregado ou camarada. É possível inferir que utilizou o termo trabalhador com o propósito de lembrar aos seus leitores que os sujeitos que sofriam as violências praticadas a mando do Estado era uma “gente trabalhadora” enquanto que aqueles que a executavam era uma gente constituída por “facínoras e criminosos”.

O desertor, o recém promovido a Capitão Nicolau de Brito, genro do Tenente Coronel Perna, segundo o jornalista também andava por ali acompanhado por cerca de 100 praças. Incendiou duas fazendas dos Moreiras situadas na localidade conhecida por “Gato” e, logo adiante, mais duas, a fazenda Frates e a “fazendinha”. Iam, assim, queimando e destruindo, quando encontrou pelo caminho o capitão José Pindaíba, que apesar de ser colega de farda, teve o azar de Nicolau nunca tê-lo visto antes. Imediatamente recebeu voz de prisão. Surpreso, antes que pudesse dizer qualquer coisa em seu favor,

foi tirado do cavalo e sangrado à beira do caminho. Depois, foi despojado do pouco dinheiro que levava, sendo conduzido o cavalo e deixado o corpo para pasto dos urubus. [...]. O Capitão Nicolau voltou para oeste e foi procurar nas águas do Rio Santana o que sabia que lá não encontrava.³²

Na narrativa de Parsondas de Carvalho percebemos a ironia, insinuando que Nicolau estava procurando Leão Leda onde ele não estaria, ou seja, que o “desertor Capitão” evitava se defrontar com homens acostumados às batalhas e estaria se valendo da missão que lhe valeria seiscentos contos de réis para roubar descaradamente e matar suas vítimas de roubo, homens velhos ou doentes, gente humilde e desarmada. E mais, no afã de roubar, não poupava sequer “colegas” de farda. Prosseguindo na jornada sangrenta, chega Nicolau à localidade Água Preta, na qual dois governistas delatam um

³¹ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 207.

³² Ibid. p. 211.

vizinho, Raimundo de Souza Liarte, como sendo jagunço dos Moreiras. Tal delação foi o suficiente para que Liarte fosse morto à pancada no momento em que chegava ao lugar Francisco de Barros, que também foi morto da mesma forma. Da casa de Liarte Nicolau de Brito levou sete cavalos, joias e dinheiro.

Tais informações, segundo o jornalista, foram passadas a ele por outro vizinho de Liarte, Manuel Martins de Moraes que, tendo presenciado as mortes sem ser visto, “transido de terror [...] puxou pelo cavalo e, alcançando sua casa, fugiu com trinta e cinco pessoas de sua família [...] deixando tudo quanto possuíam. Muitos vizinhos o imitaram”.³³ Novamente, como é recorrente na narrativa, tem-se a “população” fugindo das “armas do governo” que torturavam, roubavam e matavam. Continuando a nos dar notícias do grupo de Nicolau, Parsondas afirma que do Rio Santana seguiram para o Rio Flores e:

Chegaram à casa de Antônio Bandeira, o inspetor de quartirão que denunciou a presença de José Dias ao Capitão Carneiro, o comandante do destacamento de Imperatriz. Como era um agente do poder público, Antônio Bandeira, vendo chegar a força, foi afetuosamente recebê-la. Depois de se certificarem da identidade da pessoa, pegaram o pobre Bandeira, suspenderam-no na ponta de ferrões, espalderaram-no, castraram-no e sangraram-no, entregando, depois da pilhagem, a casa às chamas.[...]. é difícil decidir se foi assim tão severamente punido por ter sido, ainda que involuntariamente, companheiro de José Dias por um dia, ou se por o ter denunciado.³⁴

Mais uma vez Parsondas de Carvalho se vale da ironia, pois ao usar a expressão “amigo por um dia” está se referindo ao fato de Antônio Bandeira ter sido, certa feita, obrigado por José Dias a com ele cavalgar durante todo um dia justamente por tê-lo denunciado. O objetivo de José Dias nesse episódio teria sido apenas amedrontar o delator e se divertir com seu pavor. Com essa ironia, ele reforça outras afirmações, dentre elas a de que as forças do alto sertão não poupavam nem os próprios aliados. De acordo com o jornalista, Nicolau, dando continuidade à sua jornada, segue para a casa de Martinho Piauí, prendendo seis pessoas pelo caminho e mais cinco quando chega à casa de Martinho que, segundo os depoimentos colhidos pelo jornalista, era culpado apenas “de crime de caridade”, por ter socorrido um ferido que chegara estropeado à sua porta e que, evidentemente, tinha ligações com Leda. Seguiu com os

³³ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho**: um novo olhar sobre o sertão. Imperatriz: Ética, 2007. p. 212.

³⁴ Ibid. p. 214.

presos na direção de Nova Olinda e, no meio do caminho, decidiu matá-los um por um, espancado-os com os sabres dos soldados e, quando não mais conseguiam ficar de pé, Nicolau mandava dá a ordem de sangramento, “para não ficar enfezado”.³⁵

Dos onze prisioneiros, apenas um conseguiu escapar e foi esse que narrou as execuções ao jornalista, tendo-as assistido até a sétima. Segundo a narrativa de Parsondas de Carvalho, dos dez executados apenas Martinho Piauí e um outro apresentavam uma ligação mínima com Leão Leda: o primeiro por ter acolhido o ferido já mencionado e o segundo por levar uma carta de Leda a um correligionário, não por ser partidário de Leda, mas por ter em seus serviços de mensageiro e de pequeno tropeiro para viagens rápidas esse sertanejo, emigrado das secas do Ceará, casado e pai de nove filhos, o seu meio de ganhar a vida. Novamente a caracterização das vítimas como honradas, humildes e trabalhadoras.

A última referência que faço aos morticínios relatados por Parsondas de Carvalho, embora sua narrativa continue desfiando um longo rosário de morte praticadas pelas “forças do alto sertão”, é sobre um grupo de sertanejos, que, com certeza, menos tinha ligações com Leão Leda: as mulheres. Nesse sentido, veja-se o trecho a seguir:

Na noite de 13 de novembro [...] oito mulheres, reunidas na casa de uma delas, rezavam entoando as velhas rezas que suas mães lhes tinham ensinado. [...] Indo ter àquela casa, os soldados e o capitão, completamente embriagados, disseram que as jagunças estavam rezando ‘em intenção a Leão Leda e José Dias’ e degolaram todas. [...] E o baço clarão da candeia de azeite, acesa junto ao crucifixo, iluminou, em um lago de sangue, os corpos sem cabeça! Nessa marcha, que foi o delírio da crápula, a força legal chegou a umas casas de pobres agricultores, nas quais, na ausência dos homens, uma porção de mulheres, tendo mandioca em montões, trabalhavam no fabrico da farinha. [...]. Entrando em uma capoeira, onde os espinhos as dilaceravam, algumas se salvaram; outras, porém entraram para uma roça de mandioca, preparada há pouco tempo, mas aí foram seguras e conduzidas para a casa onde, com as que ficaram, foram entregues à lascívia de soldados e comandantes. [...]. segundo elas, não foram poupadas meninas de nove anos, nem velhas de setenta anos, obrigadas a dançarem nuas.³⁶

³⁵ “Não enfezar” significava que o processo de putrefação do corpo seria mais ameno com a retirada do sangue pelo sangramento, impedindo, inclusive, o “inchaço” do cadáver. Esse, aliás, seria o motivo de ordem prática de se optar pelos sangramentos à medida que, nos conflitos, às vezes, os executores necessitavam ficar até mais de um dia na presença dos cadáveres. Da necessidade prática à constituição de um costume não foi necessário mais que dois séculos para esse se consolidar.

³⁶ CARVALHO, Parsondas. A Guerra do Leda. In: DINO, Sálvio. **Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o sertão**. Imperatriz: Ética, 2007. p. 220 – 221.

As depoentes de Parsondas de Carvalho teriam sido Ana e Leocádia, as mesmas moças que aparecem também na narrativa de Abranches³⁷ e que tiveram os tendões dos tornozelos cortados para que não pudessem correr, fato que, segundo o jornalista, fizeram questão de provar, ao dar o depoimento, levantando a barra das saias para mostrar as cicatrizes em torno dos “nós dos calcanhares”. De outras mulheres, ouviu relatos sobre meninas de nove anos serem estupradas pelos soldados e cujas genitálias eram “entupidas com areia” pelos cachorros do governo. A mesma narrativa nesses dois autores vem reforçar o peso com o qual essa memória escrita com sangue marcou a Região dos Vales dos Rios Araguaia e Tocantins.

Não refuto a possibilidade de que possa haver alguns exageros nas narrativas tratadas neste artigo, afinal, é próprio dos jornalistas usarem de artifícios objetivando tornar seus relatos mais “interessantes”, ainda mais quando subjacente aos seus relatos existe o desejo do combate, seja contra doutrinas religiosas, ideologias e/ou princípios e posicionamentos políticos. Entretanto, em que pese essa possibilidade, tratei esses relatos como representativas não de um “real” que, sabemos ser inatingível por nós historiadores, mas sim de um real como possibilidade, como verossímil, como crível. Possível porque percebido, porque interpretado, porque narrado.

Por último, se as memórias recuperadas pelo jornalista em sua viagem serviram a ele, no despontar do século XX, como munição àquele combate, para mim essas memórias por ele re-colhidas quase que “no calor dos acontecimentos” serviram, no século XXI, para combater o esquecimento.

O esquecimento daqueles que as narraram. Para mim o mais importante reside no seguinte fato: por terem sido narradas, em boa parte, pelos humildes, pelos transidos de medo, pelos que “não haviam de conduzir os filhos em cofo, como se conduz gato”, pelos “notificados” por Pedro Mecnas, pelos que nada tinham de seu, além de uma vida sobressaltada seja pelas “armas do governo”, seja pelas dos “paisanos” acobertados pela “ordem”.

ARTIGO RECEBIDO EM 26 DE ABRIL DE 2013. APROVADO EM 15 DE AGOSTO DE 2013

³⁷ ABRANCHES, Dunshee de. *A Esfinge do Grajaú*. Memórias. 2 ed. São Luis: Alumar, 1993.